

# Comércio não agüenta alta de imposto, dizem lojistas

*Empresários acham que há pouco espaço para repassar a alta da CPMF para os preços*

VERA DANTAS E  
MÁRCIA DE CHIARA

**A** maior crítica do comércio ao pacote fiscal é que o governo mais uma vez tentará tapar um buraco antes da reforma efetiva e o setor não comporta mais aumentos de impostos. "O discurso do governo é correto, mas por que não fizeram antes essas reformas?" pergunta o presidente da Associação Paulista dos Supermercados, Omar Assaf.

Com o aumento da carga tributária, ele prevê perda de competitividade do produto nacional diante de uma economia globalizada. O setor, até agora, explica, estava com crescimento acumulado no ano de 3,8%. "Daqui para frente vamos ter de repassar o aumento e a situação vai ficar difícil," diz.

A economia de cerca de R\$ 28 bilhões para equilibrar as contas públicas deve enfraquecer ainda mais as vendas do comércio e agravar o quadro que já se mostra recessivo para este fim de ano. Essa é a avaliação dos representantes do varejo, que querem condicionar a aprovação desse conjunto de medidas pelo Congresso Nacional à redução imediata dos juros.

"Vemos com preocupação a saída de R\$ 28 bilhões do consumo num cenário que já beira a recessão, com vendas decrescentes e inadimplência crescente", afirma o presidente da Confede-

ração Nacional dos Dirigentes Lojistas (CNDL), Carlos José Stüpp. Essa economia, acrescenta, vai representar menos dinheiro no bolso do consumidor para as compras.

O presidente da Associação Comercial de São Paulo, Elvio Aliprandi, observa que CPMF e Cofins terão efeito em cascata: numa cadeia produtiva de 12 estágios, com uma CPMF de 0,38%, ele calcula que o consumidor poderá arcar com aumentos de 2,18%.

"Se somarmos, no mesmo caso, o reajuste da Cofins vamos ter um aumento na ponta de 15,11%," diz. Diante do cenário recessivo, ele considera difícil esse repasse para o consumidor.

Aliprandi considera imprescindível o governo fazer a reforma porque senão vai perder a credibilidade interna e externa.

Para o economista Antônio Carlos Borges, da Federação do Comércio do Estado de São Paulo, um dos efeitos perversos desse pacote é que as empresas sem

condições de repassar aumentos de preços vão ter de cortar empregos.

"Os juros têm de ser reduzidos o mais rápido possível, até o fim do ano, para preservar a saúde financeira do varejo", diz o presidente da CNDL.

Para o presidente da Associação dos Lojistas de Shoppings do Estado de São Paulo, Nabil Shayoun, os juros, hoje em torno de 42% ao ano, devem ser reduzidos imediatamente para 20%, no nível de setembro, antes do acirramento da crise financeira internacional.

**P**ACOTE DEVE  
APROFUNDAR O  
QUADRO  
RECESSIVO